



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences
ISSN: 1679-7361
eduem@uem.br
Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Vasconcelos e Valadares, Pedro Henrique
Ônibus 174 - a violência velada do Estado e o pânico moral
Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 32, núm. 2, 2010, pp. 165-171
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307325336006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

Ônibus 174 – a violência velada do Estado e o pânico moral

Pedro Henrique Vasconcelos e Valadares

*Centro Universitário de Brasília, Asa Norte, SEPN 707/907, 70790-075, Brasília, Distrito Federal, Brasil.
E-mail: pedrovalad@gmail.com*

RESUMO. O sequestro do ônibus 174, ocorrido no ano 2000, no Rio de Janeiro configurou um momento decisivo no qual a sociedade real se chocou com a ideal. Ao ser exposto em cadeia nacional, Sandro Barbosa do Nascimento evidenciou que fazer parte da população de um país não significa necessariamente integrar a sociedade dele. O desenrolar dos acontecimentos mostrou o aparato repressivo do Estado, da sociedade e da mídia que permitem a perpetuação da desigualdade social.

Palavras-chave: violência, exclusão social, sociedade, mídia.

ABSTRACT. Bus 174 – Government's indirect violence and moral panic. The bus 174 kidnapping, which took place in Rio de Janeiro in 2000, represented a key moment in which real society collided against the ideal one. While exposed on national television, Sandro Barbosa do Nascimento showed that the fact of being part of a country's population is not the same as being part of the society of that country. The events that unfolded showed the repressive strategy of State, society and media, all of which perpetuate social inequality.

Key words: violence, social exclusion, community, media.

Introdução

Um indivíduo constrói seu autoconceito por meio da imagem que as outras pessoas têm dele. Como explica o jornalista Kepp (2009, p. 2) “esses espelhos humanos nos tornam visíveis a nós mesmos, revelam nossas virtudes e vícios, permitem que aprimoremos quem somos”.

Nesse sistema de reconhecimento mútuo, destaca Kepp, a atenção ganha valor na vida das pessoas. Pois, “só pela visão dos outros podemos conhecer a nós mesmos” (KEPP, 2009, p. 2). Para poder enxergar-se no outro, é necessário que o outro perceba sua presença, ou seja, preste atenção. A atenção é de tal forma valorizada que as pessoas às vezes nem se importam com os defeitos do seu interlocutor.

Como conta Kepp (2009, p. 2), “prisioneiros se unem a facções não só para sobreviver, mas para reduzir o isolamento social”, e acrescenta que “estudos mostram que a pessoa na cela solitária prefere o pior companheiro à solidão, que qualquer atenção é melhor do que nenhuma”.

Partindo desse pressuposto, pode-se analisar o sequestro do ônibus 174 por um viés diferente. O autor do crime, Sandro Barbosa do Nascimento, era um quase indigente, relegado à margem da sociedade. Sua mãe morreu quando ele ainda era criança, por isso foi morar na rua, junto com outras crianças órfãs ou abandonadas. Em 1993, sobreviveu

a chacina da Candelária, quando assistiu companheiros serem mortos por policiais militares.

Kepp (2009) acredita que “os adultos subestimam sua necessidade de atenção”. É possível pensar que ao tentar assaltar um ônibus, Sandro queria, além do dinheiro para comprar drogas, ser notado pelos seus semelhantes e poder enxergar-se nas percepções dos outros.

O eu não é uma entidade passiva determinada por influências externas, ao forjar suas auto identidades, independente do quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para (e promovem diretamente) as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações (GIDDENS, 2003, p. 9).

O momento do sequestro do ônibus 174 possibilitava que Sandro forjasse sua autoidentidade. No entanto, ao mesmo tempo, a sua presença abalava a autoidentidade da sociedade, revelando uma face que ela procura não mostrar: as consequências da exclusão social. Este artigo procura analisar, a partir do evento do sequestro do ônibus 174, como a sociedade reage quando enxerga em um de seus “espelhos humanos” uma ferida que deseja esconder e que quando aparece causa incômodos abalos em seu autoconceito.

O evento expõe as consequências da exclusão social e da violência velada que é cometida por meio da negação de direitos a uma parcela da sociedade.

O evento

No dia 12 de junho de 2000, por volta das 14h 30 min., Sandro Barbosa do Nascimento entrou no ônibus 174 (Central – Gávea) no Rio de Janeiro. Armado, Sandro, supostamente, pretendia cometer um assalto. Suspeitando de um possível crime, policiais militares interceptaram o veículo na frente do Clube Militar, no Jardim Botânico.

A partir desse momento, a suposta tentativa de assalto transformou-se em sequestro. Outros policiais chegaram ao local para negociar a libertação dos 11 reféns. Durante as 4h e 20 min. de duração do crime, oito foram libertados.

Várias emissoras de televisão, rádio e jornais impressos enviaram equipes para acompanhar a operação. Grande número de curiosos também ficou no local para aguardar o desfecho da situação.

As negociações não progrediram. Às 18h 50 min., Sandro decidiu, por conta própria, deixar o ônibus, levando a refém, Geísa Firmino Gonçalves, como escudo. Um policial do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que estava escondido na lateral do ônibus, decidiu executar Sandro, mas errou o tiro e acertou Geísa. Outro policial tentou tomar a arma de Sandro, que disparou mais três vezes nas costas da refém.

Imobilizado, Sandro foi levado para o camburão da Polícia Militar e acabou morto por asfixia. Geísa não resistiu aos ferimentos e faleceu.

Na opinião deste pesquisador, Sandro Barbosa do Nascimento não tinha o objetivo de sequestrar o ônibus. No entanto, após ver a tentativa de assalto frustrada pela presença de policiais, Sandro transformou o ônibus em escudo. Ele sabia que o destino, caso não conseguisse fugir, seria cadeia ou morte.

Com a chegada dos órgãos de imprensa, o crime tomou proporção totalmente diferente e inviabilizou por completo as chances de fuga de Sandro. A partir de então, as atitudes do sequestrador se tornaram confusas. Ele se viu inserido em uma situação que fugiu totalmente do planejado.

A transmissão do sequestro deu início à novelização do fato. Sandro foi claramente estereotipado como o bandido padrão, o vilão. Visto nesse panorama, o ato de Sandro não teria nenhuma outra motivação além da maldade pura. Distribuem-se os papéis: os policiais são o lado do bem; os reféns, as vítimas; e Sandro, o lado do mal.

Como explica Foucault (1998, p. 66), “a formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle; e, inversamente, as figuras do controle podem tomar corpo no inteiro de uma formação

discursiva”. Ou seja, a cobertura da mídia fez uso de formação discursiva, na qual as motivações criminosas de Sandro não teriam ligação com sua condição social e ele estaria agredindo a sociedade apenas por crueldade.

Assim, os procedimentos de controle da paz de uma parcela da sociedade ficam claros no relato do fato feito pela mídia. O discurso trata Sandro como um desajustado e não como um excluído, eximindo de culpa a parcela da sociedade que fecha os olhos para as consequências da desigualdade social.

No entanto, ao mesmo tempo em que estereotipou Sandro, a cobertura também lhe proporcionou um raro momento de reconhecimento social e um espaço para expor os percalços de sua vida.

De acordo com o Psicólogo Calligaris (2009b, p. 17), os seres humanos, instintivamente, gostam de privilégios “e os privilégios são mais ‘agradáveis’ quando são negados a um grupo de excluídos: a sala VIP só tem ‘graça’ se os outros esperam no saguão do aeroporto”.

Sandro encontrou naquela situação a possibilidade de mostrar como era a vida fora da “área VIP”, sem os privilégios da cidadania plena. Durante 4h 20 min., Sandro exibiu sua existência.

Barbosa (2001) acredita que “o crime ao vivo, servido instantâneo na sala de jantar, multiplica as vítimas e divide o terror com o da poltrona”. No caso de Sandro, o sequestro televisionado foi como uma festa de debutante. Naquele instante, ele era apresentado à sociedade, que o enxergava - como vilão - mas enxergava.

Sandro, ao mesmo tempo em que expunha sua fragilidade social e emocional, expunha também as fragilidades do sistema social. Um excluído agora forçava sua entrada por meio da violência. Sandro estava finalmente inserido no sistema, porém, para ocupar o papel de vilão.

Filho de pai desconhecido, aos cinco anos de idade assistiu à morte da mãe, sobreviveu ao massacre da Candelária, foi preso, fugiu. O crime foi o caminho de uma vida marginal. Não que as fatalidades justifiquem as transgressões. Sandro simplesmente não fazia parte da sociedade.

Nesse ponto, é possível fazer uma analogia com um pensamento da Psicóloga Rosely Sayão. De acordo com ela, existe um conflito entre o que os pais idealizam dos filhos e o que realmente os filhos são. Trata-se do embate entre o filho ideal e o real. No caso do crime do ônibus 174, ocorreu o choque entre uma sociedade ideal, na qual não há excluídos, e a sociedade real, onde não há espaço para o sucesso de todos.

Nem sempre é possível perceber o quanto a imagem acalentada do filho ideal impede que os pais enxerguem o filho real com suas características e dificuldades, seus limites e suas potencialidades, suas demandas e necessidades, mas isso acontece muito (SAYÃO, 2009).

O sequestro do ônibus adquire dimensões emblemáticas, pois representa o que o Giddens (2003, p. 107) denomina “momentos decisivos”, nos quais “os eventos se reúnem de tal maneira que o indivíduo fica como se estivesse na encruzilhada da vida”. Por personificar o conflito entre a sociedade real e a ideal, Sandro estava na encruzilhada.

Ele foi excluído da sociedade ideal, no entanto, por conta da ocasião, era impossível lhe negar a existência, ele interrompia o ritual da segurança pública. O que abalou a convicção que se procura passar, de uma sociedade de iguais.

O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...]; define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção (FOUCAULT, 1998, p. 39).

O sequestro do ônibus para Sandro foi uma oportunidade de se mostrar presente na sociedade. Entretanto, para a parcela da população possuidora do discurso dominante, o sequestro representava uma quebra na sua “política discursiva” (FOUCAULT, 1998). Por isso, no fim, a morte de Sandro acabou sendo, para esse grupo, um desfecho aceitável e até mesmo desejável para a desconfortante exposição das consequências da exclusão social.

Exclusão, mídia e violência

De acordo com Ford (2004, p. 94) “toda tipificação significa amputação de variáveis”. Yves Michaud destaca que “há na apreensão da violência um componente subjetivo que depende dos critérios utilizados: critérios jurídicos, institucionais, valores do grupo ou do subgrupo e até mesmo disposições pessoais” (MICHAUD, 2001, p. 14).

No caso de Sandro, a violência que ele sofreu não é levada em conta tanto na atuação da polícia, como na cobertura da mídia. Ambas, ao negarem as variáveis que o levaram até aquele momento, fazem de Sandro um estereótipo do criminoso cruel.

Para o pesquisador Muniz Sodré, “próprio do mecanismo ideológico é a troca da parte pelo todo” (SODRÉ, 2004, p. 22). É o que ocorre com Sandro, as 4h 20 min. de duração do sequestro do ônibus

substituem, aos olhos da sociedade, toda a trajetória do indivíduo.

Yves Michaud explica que “como dano físico a violência é facilmente identificável; como violação de normas, quase qualquer coisa pode ser considerada uma violência” (MICHAUD, 2001, p. 10). O sequestro do ônibus era uma demonstração de violência explícita para os indivíduos que estavam dentro do veículo. Portanto, demonstração visível. Por outro lado, Sandro foi exposto à violência imaterial. “A violência não é apenas o enfrentamento aberto de dois adversários, mas o efeito de uma empresa anônima na qual todo mundo se subtrai à responsabilidade” (MICHAUD, 2001, p. 11).

Essa forma não guerreira que declara um combate não aos inimigos políticos, mas aos perigos da população identificados através da classificação das raças revela a “aceitabilidade de tirar a vida em uma sociedade de normalização”. Ou seja, se a biopolítica quer garantir seu direito de matar, pois o biopoder se funda na modificação da máxima deixar viver e fazer morrer para fazer viver e deixar morrer, mas, de qualquer modo, se a biopolítica ainda quer garantir este direito ela tem que funcionar com os dispositivos do racismo. Este sentido de retirar a vida se estende à morte contemporânea da qual o *homo sacer* é vítima, o que não significa necessariamente assassinato direto, mas também e, talvez, principalmente sua forma indireta que atuam através do afastamento, rejeição e morte política (CERA, 2006).

Benjamin Barber explica que no atual contexto de globalização, as pessoas são reconhecidas pela contribuição na geração de riqueza e no potencial de consumo. Dessa forma, “as identidades são antes de qualquer outra coisa, profissionais” (BARBER, 2004, p. 43).

Sandro, analfabeto e desempregado, não era reconhecido como parte da sociedade e dessa forma sofria com a invisibilidade social, que não deixa de ser uma variação da violência. A invisibilidade social consiste na negação da singularidade do indivíduo.

O filósofo Félix Guattari explica que “a singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referenciamento, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros estes que podem ser imaginários” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 68). A singularidade é componente essencial no processo de identificação do indivíduo com o lugar onde vive e a tomada de consciência de sua existência.

Mas ninguém se conscientiza separadamente dos demais. A consciência se constitui como consciência do mundo. Se cada consciência tivesse seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes

e separados – seriam mônadas incomunicáveis. “[...] Seu lugar de encontro necessário é o mundo, que, se não for originariamente comum, não permitirá mais a comunicação” (FIORI apud FREIRE, 2008, p. 15).

Segundo Barber, “o consumismo mundial faz rondar o perigo de uma sociedade na qual o consumo se transforma na única atividade humana e, portanto, naquilo que define a essência do indivíduo” (BARBER, 2004, p. 47). Neste contexto, Sandro não possuía essência, não existia socialmente. Ele era violentado por meio do não-reconhecimento de sua existência.

Yves Michaud destaca que “os progressos tecnológicos se orientaram no sentido de uma violência produzida indiretamente por meios cada vez mais ‘limpos’” (MICHAUD, 2001, p. 11). A sistemática social tornava Sandro incomunicável, o que impedia que constituísse sua singularidade.

A sociedade de consumo gera uma massa de excluídos, no entanto, como assinala Paulo Eduardo Arantes “exclusão e sociedade não podem coexistir” (ARANTES, 2004, p. 56). Conclui-se que os excluídos não integram a sociedade, portanto, não estão submetidos à sua ordem. Ou seja, a definição de violência para integrados e excluídos é diferente, como explica Yes Michaud. “É um erro pensar que a violência pode ser concebida e apreendida independentemente de critérios e pontos de vista” (MICHAUD, 2001, p. 12).

A Constituição Brasileira estabelece no artigo 6º que são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Durante a vida, Sandro teve todos esses direitos negados. No entanto, foi preso duas vezes. O que constituiu uma contradição: se por um lado lhe foram negados os direitos de cidadão, como poderia ele sofrer as mesmas punições que são dadas aos que tinham acesso a esses direitos?

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 2001, p. 11).

No caso de Sandro, o Estado, que tem o dever de garantir o acesso do cidadão aos seus direitos, foi omisso. Porém, se fez presente na hora de puni-lo e garantir a segurança dos demais. Paulo Eduardo Arantes ironiza essa incoerência da ação estatal: “não tenhamos mais medo de compensar o encolhimento econômico e social do Estado pela sua expansão em matéria policial e penal” (ARANTES, 2004, p. 51).

Assiste-se ao progressivo desaparecimento das multidões espontâneas ou procedentes de uma comunidade sem identidade afirmada nem objetivo claramente político em benefício de grupos definidos profissional e politicamente, sustentando posições determinadas (MICHAUD, 2001, p. 25).

O sequestro do ônibus 174 teve origem na suposta vontade de Sandro de conseguir dinheiro para comprar drogas e enfrentar a dureza da exclusão social. Contudo, a partir do momento em que o assalto se tornou sequestro e posteriormente passou a ser exibido em cadeia nacional, a realidade de Sandro chocou-se com a da sociedade. “A maioria das sociedades comporta subgrupos cujo nível de violência é incompatível com o da sociedade global ou, de qualquer modo com avaliações em vigor na sociedade global” (MICHAUD, 2001, p. 17).

Naquele momento, Sandro deixava de ser invisível e expunha as consequências da violência social, personificando como dito anteriormente o choque entre a sociedade ideal e a real. A presença da mídia no local ampliou a visibilidade e pôs em xeque não só a responsabilidade do Estado na questão da invisibilidade social, mas de todos os espectadores e mostrou que ao “misturar o plano coletivo das culturas com aquele dos indivíduos, que se movem em planos claramente diversos, permite sem dúvida constatar que aquilo que acontece com um produz efeito no outro” (BARBERO, 2004, p. 61).

Há muita incerteza nas questões de como lidar com a ferida que a atividade humana causa ao planeta. Muitas vezes essa incerteza é usada para justificar a covardia que é a de ficar sem fazer nada. Se há uma certeza, é de que algo deve ser feito. Isso tem a ver, com o conhecimento do problema e de sua solução nos níveis dos líderes dos grandes negócios, privados e públicos. Tem a ver também, com a ação individual. Com nossa motivação diante do próximo, seja ele um conhecido ou um estranho (DE PAULA, 2009).

Sandro pôde se fazer ouvir e expôs não apenas a sua situação, mas a de várias pessoas em condição semelhante. No dia 12 de junho de 2000, a sociedade silenciou-se para escutar as exigências de Sandro à janela do ônibus. A sociedade pôde entender a violência do sistema opressivo que dá origens a cidades que são “de um lado um arremedo de cidade global servindo de isca para atrair investidores internacionais, de outro, o inchaço entrópico de pobreza e desamparo das periferias” (ARANTES, 2004, p. 74).

Aqueles que falam de modo democrático precisam silenciar-se para que se permita que a voz daqueles que devem ser ouvidos emerja [...] esta compreensão do poder de silenciar implica o

desenvolvimento da habilidade de ouvir as vozes silenciadas (FREIRE, 2001).

Como afirma Arantes (2004, p. 52), “o mercado é uma formação social que não admite nenhum exterior”. Por isso, por mais que Sandro fosse fruto de incoerências da sociedade, para que essa se mantivesse em ordem, Sandro não poderia viver. Ele personificou o que Burke (2009) denomina de “demônios folclóricos”.

Segundo Burke, por vezes, a falta de informações confiáveis sobre determinada situação faz com que “pessoas reajam de maneira excessiva a ela, ou reajam de maneira errada” o que resulta em pânico coletivo. Nesse estado, “é comum que surja uma busca por bodes expiatórios. Em outras palavras, grupos são culpados por situações que resultam, ao menos em parte, de debilidades do sistema econômico, social ou político” (BURKE, 2009, p. 5).

Essas ações desarrazoadas, por parte de grande número de pessoas, pode ser fruto do abalo na confiança no ideal da sociedade de iguais. De acordo com Giddens (2003), atualmente, as sociedades configuram sistemas abstratos que ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais complexos, apresentam uma estrutura frágil no qual o único sustentáculo é a confiança que as pessoas depositam neles.

Michaud acredita que o sentimento de insegurança que toma as sociedades contemporâneas está relacionado à ideia de pânico coletivo elaborada por Burke (2009) e com a dependência da confiança nas sociedades pós-modernas apontada por Giddens. “Sobre o pano de fundo de uma segurança crescente – e invasora – os comportamentos criminosos são percebidos com uma ansiedade desproporcional em relação ao seu volume” (MICHAUD, 2001, p. 33).

Entretanto, como lembra Burke, “pode haver bons motivos para uma atmosfera de pânico ou incerteza que leve à difusão de rumores” (BURKE, 2009, p. 5). Um deles é a motivação do Estado em mostrar-se como protetor da sociedade. Para isso, é necessário que seja disseminada um sentimento de insegurança na população. Sensação que contribui para encobrir falhas dos sistemas sociais.

Burke exemplifica essa estratégia com a onda de pânico relacionada a bruxas que se espalhou pela Europa nos séculos 16 e 17. “As bruxas não existiam (ou ao menos não tinham os poderes que lhes eram atribuídos), mas o medo de bruxas expressava tensões sociais reais” (BURKE, 2009, p. 5).

Nesse ponto é possível retomar o pesquisador Muniz Sodré que afirma que um dos mais poderosos instrumentos ideológicos é troca da parte pelo todo. Ou seja, Sandro como “demônio

folclórico” representava o a debilidade do sistema de segurança pública e do aparato de assistência social do Estado.

Por isso, a cobertura da mídia induzia para uma exclusão das variáveis que o levaram a cometer aquele crime e passava certa sensação que a morte de Sandro resolveria em parte o problema da violência no Brasil.

De acordo com Giddens (2003, p. 112), as sociedades como sistemas institucionalizados “são constituídas pelo risco, não se tratando de uma situação em ele é acidental”. De acordo com o pesquisador, a pós-modernidade é marcada pela crença do controle dos riscos.

Porém, a estratégia do Estado para administrar o risco da manutenção da segurança de uma parcela mais abastada da população, que recusa quaisquer obrigações cívicas, parece ser o encarceramento ou a eliminação dos desamparados.

A cobertura da mídia procurou ampliar as dimensões do acontecimento para passar a impressão de que se tratava de um acontecimento isolado. Tal posição, além de legitimar a estratégia do Estado para a manutenção da desigualdade social, procura reconstituir a confiança da população de que outras pessoas, que vivem em condições semelhantes às de Sandro, não irão tomar atitudes como as dele.

Burke explica que essa tendência de personificar as debilidades de um sistema em uma pessoa é comum. De acordo com o historiador, “indivíduos são visíveis, enquanto sistemas trabalham por efeito de uma ‘mão invisível’” (BURKE, 2009, p. 5).

Para Paulo Freire, “a História é um processo que não para, não se imobiliza [...] por isso o conflito se dá em outro nível às vezes mais camuflado, mais amortecido” (FREIRE, 2001, p. 212). Ou seja, a violência que Sandro sofreu foi de certa maneira diluída em pequenos atos violentos e em pequenas negações de cidadania.

Um sistema totalitário repousa menos sobre a violência aberta do que sobre a montagem de uma rede complexa de dependências, de ameaças, de incentivos e de exclusões que tornam finalmente a dominação total ilocalizável, invisível e sufocante (MICHAUD, 2001, p. 59).

Os policiais, no caso de Sandro, agiram para garantir a segurança de “uma aflita minoria que está espremida entre uma *underclasse* sem esperança e uma classe superior que recusa quaisquer obrigações cívicas” (GRAY apud ARANTES, 2004, p. 33). O sistema de segurança governamental existe para assegurar proteção dos direitos de uma minoria. É como se existisse uma sociedade dentro de outra.

Nesse contexto, como afirma Michaud (2001, p. 55), “não há mais violência pura nem violência escandalosa, e ela não é santa nem desonrosa: vale o que produz e o benefício que traz”. A questão de Sandro não fazer parte dos que deviam ser protegidos pode ser notada nas coberturas midiáticas do sequestro do ônibus 174. Houve naquele momento um recorte da realidade. “A verdade não corresponde à realidade, mas alguma coisa que, para ‘nós’ é bom acreditar” (ARANTES, 2004, p. 33).

Conclusão

O sequestro do ônibus foi um erro de cálculo no sistema de segurança Estatal. “Os limites da estratégia se devem aos riscos de derrapagem na escalada ou então à imprevisibilidade introduzida por aqueles que não têm nada a perder ou a ganhar” (MICHAUD, 2001, p. 61).

O Estado é o ente responsável pela manutenção da ordem. No entanto, como afirma Giddens (2003, p. 106) “mesmo em ambientes de risco relativamente confinados há sempre resultados não intencionais e imprevistos”. Sandro expôs a cisão da sociedade e, como bem destacou Arantes (2004, p. 38), “o contraste entre opulência e pobreza em mesmo espaço urbano sempre gerou desconforto em cientistas sociais e opinião pública em geral”.

A mídia, que também trabalha para informar uma minoria, estereotipou Sandro. Projetar no ato dele apenas motivações criminosas ajuda a eximir a sociedade de assumir a culpa das consequências da exclusão social.

A culpa não se expressa apenas no plano religioso, moral, jurídico ou psicológico. A culpa pode ter conotação social e política. Sentem-se culpadas pessoas pertencentes a grupos que exploram ou exploraram, oprimem ou oprimiram, discriminam ou discriminaram outros grupos (SCLiar, 2006, p. 161).

Dessa forma, a cobertura do sequestro do ônibus 174 tratou o fato como excepcionalidade e procurou retratar Sandro como um viciado em drogas que queria satisfazer seu vício por meio de furtos aos “cidadãos de bem”. Assim, os espectadores sentiam-se confortados por não ter concorrido para aquele fato. “A informação e a comunicação permitem obter adesão ou agir sobre mecanismos de persuasão, permitem até condicionar espíritos” (MICHAUD, 2001, p. 58).

Essa adesão ocorre porque o discurso como destaca Foucault (1998, p. 10) “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar”. Ao tratar o caso de Sandro como fato isolado, a mídia endossa o

comodismo da parcela mais alta da sociedade, evitando que ela assuma que a manutenção de seu estilo de vida gera uma parcela de excluídos.

Traquina descreve o jornalismo como um “campo”. Segundo o autor, o conceito de campo abrange três fatores: 1) um número ilimitado de “jogadores”; 2) um prêmio que os “jogadores” disputam, nomeadamente as notícias; e 3) um grupo especializado, os jornalistas, que reivindicam o monopólio de como distinguir e elaborar as notícias (TRAQUINA, 2005, p. 27). No campo jornalístico, os diversos participantes vão negociar com os jornalistas qual enfoque será dado a determinado fato.

São “promotores” que avançam as suas “necessidades de acontecimentos”. Interagem com os profissionais do campo jornalístico, os jornalistas, que, em última instância, decidem, em interação com outros jornalistas, o que é notícia, qual é a sua importância, e como é definida (TRAQUINA, 2005, p. 28).

A cobertura também criou a ilusão de que a morte de Sandro representava o fim da insegurança da sociedade. Esta crença pode estar baseada em uma “nostalgia permanente de uma coletividade em que poderíamos, enfim, descansar [...] e nos permita renunciar por um tempo a nossas responsabilidades singulares” (CALLIGARIS, 2009a, p. 15). Ao personificar a violência em um indivíduo, a mídia procurou exteriorizar o mal, mantendo uma sensação de que com a eliminação dele, o restante da sociedade se manteria segura.

Para Peter Burke, “os rumores que transmitem e amplificam os pânicos coletivos são muitas vezes reações à falta de informações confiáveis” (BURKE, 2009, p. 5), o que ocorre em coberturas simplistas como as do sequestro do ônibus 174. Essa atitude contribui para tornar grupos excluídos alvos de preconceito, atacando a consequência e não a causa da violência.

[...] muitas vezes a ‘realidade’ é contada como uma telenovela, e aparece quase sempre em pedaços, em acontecimentos, uma avalanche de acontecimentos perante a qual os jornalistas sentem como primeira obrigação dar respostas com notícias, rigorosas e se possível confirmadas, o mais rapidamente possível, perante a tirania do fator tempo (TRAQUINA, 2005, p. 20).

Uma solução para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática estaria, segundo Burke (2009, p. 5), “no jornalismo responsável, quer na televisão, no rádio ou nos jornais”. Pois, como assinala Traquina (2005, p. 26), “os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade”. Porém, o

aprimoramento dos jornalistas e, em decorrência, do jornalismo deve ser seguido pela escola, como afirma Perini (2007, p. 32),

É certamente necessário [embora ainda estejamos terrivelmente longe de consegui-lo] que eles [os alunos] cheguem a manejar a linguagem técnica e jornalística, pelo menos como leitores. Uma exigência que a civilização faz do homem moderno é [...] que seja capaz de obter informações cruciais para sua participação na vida política de sua comunidade e do país.

De acordo com Perini (2007), o ensino não deve, no entanto, prender-se somente aos textos jornalísticos, mesmo porque Traquina (2005, p. 27) ressalta que estes não refletem a realidade como um todo e sim “uma parte seletiva da realidade”. Dessa forma, para a promoção de uma sociedade mais consciente e, consequentemente, menos violenta e mais inclusiva, a informação deve estar disponível a todos e todos devem ter o direito à educação que permitirá interpretá-las.

Referências

- ARANTES, P. E. **Zero à esquerda**. 1. ed. São Paulo: Conrad, 2004.
- BARBER, B. Cultura McWorld. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 41-57.
- BARBERO, J. M. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 57-87.
- BARBOSA J. **Mitologia da barbárie na sala de estar**. ago. 2001. Disponível em: <<http://www.observatorio daimprensa.com.br>>. Acesso em: 3 maio 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.
- BURKE, P. Pânico moral. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 maio 2009. (Caderno Mais, p. 5).
- CALLIGARIS, C. Ahmadinejad e Foucault. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 maio 2009a. (Caderno Ilustrada, p. 14).
- CALLIGARIS, C. Raças e cotas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 out. 2009b. (Caderno Ilustrada, p. 17)
- CERA, F. B. Corpus: a vida política. **Revista Literatura e Autoritarismo**, 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/grpesqla/revista/num10>>. Acesso em: 15 dez. 2009.
- DE PAULA, C. Sabre o amor. **Vida Simples**, v. 5, n. 79, p. 78, 2009.
- FORD, A. O contexto do público: transformações comunicacionais e socioculturais. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 87-105.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Tradução Laura F. A. Sampaio. Campinas: Loyola, 1998.
- FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2001.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 47. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- KEPP, M. Atenção universal. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 out. 2009. (Caderno Equilíbrio, p. 2).
- MICHAUD, Y. **A Violência**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2001.
- PERINI, C. A. **Para uma nova gramática do português**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- SAYÃO, R. Filho ideal x filho real. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 out. 2009. (Caderno Equilíbrio, p. 12).
- SCLIAR, M. **Os enigmas da culpa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- SODRÉ, M. O globalismo como neobarbárie. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 21-41.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

Received on May 7, 2009.

Accepted on April 20, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.